

GARANTINDO A EFETIVIDADE DO CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

São Paulo representa historicamente um dos principais destinos da população migrante no Brasil. Atualmente, cerca de 293 mil migrantes internacionais (MARINHO, 2020) residem na cidade. Ao longo da última década, mudanças e iniciativas no arcabouço institucional e normativo têm sido adotadas como resposta à presença migrante no município. Em 2016, foi instituída a Política Municipal de Imigrantes e, em 2020, foi lançado o 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. Com o objetivo de acompanhar a implementação e o monitoramento dessas políticas, além de formular recomendações para a garantia e o acesso a direitos desses residentes em São Paulo, desde 2017, funciona o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI).

Em sua segunda gestão, após eleições realizadas em 2021, esse órgão consultivo constitui mecanismo fundamental para a promoção da cidadania no País, sobretudo no que tange à uma parcela da população sem direito a voto. Ademais, trata-se de mecanismo que constitui a governança migratória local (FERREIRA, 2021). Este documento busca, assim, analisar o funcionamento do CMI, refletindo sobre sua eficácia para a efetiva participação cidadã na implementação da política e plano supracitados. Para tanto, foram realizadas entrevistas e distribuídos questionários a alguns participantes do Conselho que se dispuseram a estabelecer este diálogo, consultadas informações nas atas de reuniões, bem como analisados materiais circulados pelos imigrantes. A partir desta análise, são feitas recomendações para o aprimoramento do órgão e sua institucionalidade.



DESAFIOS

COMUNICAÇÃO EXTERNA

- > O conteúdo da página do CMI está disponibilizado somente em português, e as atualizações das informações do site não são realizadas com frequência;
- > Inexistem registros audiovisuais das reuniões do CMI;
- > Nas últimas eleições para o CMI, quase 1300 imigrantes votaram, embora em São Paulo a população imigrante some mais de 360 mil pessoas.

ENGAJAMENTO

- > Muitos membros não frequentam com regularidade as reuniões e muitas vezes o quórum insuficiente atrapalha a aprovação de decisões;
- > O horário de realização dessas reuniões (das 15h às 18h) não favorece a participação dos imigrantes que trabalham;
- > O CMI não possui uma estrutura física fixa para a realização das reuniões;
- > A dessintonia relatada pelos membros imigrantes do CMI, em relação aos representantes do Poder Público, acaba prejudicando o engajamento da comunidade nas discussões do Conselho.

COMUNICAÇÃO INTERNA

- > Os trabalhos e atividades do CMI são desconhecidos pelos próprios membros do órgão;
- > Não há clareza da relação direta entre as demandas apresentadas pelos imigrantes e a implementação de políticas públicas. Alguns imigrantes apontam que desconhecem o encaminhamento de suas demandas pelo Poder Público.



RECOMENDAÇÕES

COMUNICAÇÃO EXTERNA

- > Aumentar os canais de comunicação com a população migrante para que conheça melhor o trabalho e o funcionamento do CMI. Estabelecer contato com mídias alternativas e comprometidas com a causa migrante, de modo que o Conselho possa gozar de maior visibilidade e penetração na sociedade civil;
- > Fornecer mais informações no site do CMI, e variados idiomas, garantindo maior regularidade na atualização do conteúdo;
- > Disponibilizar registros áudio e/ou vídeos das reuniões do CMI no site;
- > Estimular campanhas, por meio de parcerias com instituições que atendem imigrantes, sobre a importância da participação nas eleições para os membros do CMI.

ENGAJAMENTO

- > Garantir os meios materiais adequados para a participação dos imigrantes nas reuniões, como auxílio para o transporte até o local de reunião;
- > Disponibilizar uma estrutura física fixa para a realização das reuniões;
- > Negociar um horário de reuniões que favoreça a presença de mais imigrantes;
- > Garantir a presença de representantes do Poder Público (Secretarias Municipais) que já tenham conhecimento e comprometimento com políticas públicas voltadas para o imigrante;
- > Facilitar alterações no regimento interno que promovam maior celeridade e efetividade do órgão e reforcem o espaço de atuação migrante.

COMUNICAÇÃO INTERNA

- > Criar canais internos para veiculação de informações sobre as atividades de cada grupo de trabalho e das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- > Manter os membros do CMI informados sobre os desdobramentos das demandas apresentadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) representa importante avanço para o fortalecimento da participação social-democrática da população imigrante na formulação, monitoramento e implementação das políticas públicas do município de São Paulo e a partir dele. Trata-se de espaço fundamental de atuação das pessoas migrantes para que expressem seus anseios e apresentem suas demandas, garantindo a construção de uma cidade mais inclusiva e plural. Ademais, a existência de órgãos consultivos no âmbito da administração pública possibilita a

aproximação entre a sociedade civil e o Estado. Nesse contexto, este *Policy Brief* buscou mapear alguns limites identificados ao efetivo funcionamento do CMI e apresentar possíveis iniciativas para sua melhoria, com o objetivo de garantir uma robusta democracia participativa no âmbito municipal, com respeito à diversidade de seus habitantes e à garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES. CMI. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php. Último acesso em 28 de novembro de 2022.

FERREIRA, Carla Herminia Mustafa Barbosa. Rede de atuação multistakeholder na governança migratória local: considerações a partir da atuação da OAB no contexto da cidade de São Paulo. Dissertação. Programa de Estudos Pós Graduated em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais PUC-SP. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/25757>

MARINHO, Kamila. Situação da população migrante na cidade de São Paulo é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos. Câmara Municipal de São Paulo. 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/situacao-da-populacao-migrante-na-cidade-de-sao-paulo-e-tema-de-debate-na-comissao-de-direitos-humanos/#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pol%C3%ADcia%20Federal,por%20bolivianos%2C%20chineses%20e%20haitianos>. Último acesso em 30 de novembro de 2022.



AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a todos os imigrantes que escolheram o Brasil como novo destino de suas vidas e com suas vivências enriquecem a democracia brasileira.

Este *Policy Brief* é resultado do projeto Laboratório de Democracia Urbana, um esforço de mapeamento dos Conselhos Participativos de São Paulo, desenvolvido no âmbito das atividades do Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da PUC-SP. Para mais informações, acesse: <https://laboratoriogdh.com.br/>.

AUTORES

Pietra Nabarrete, Mestranda em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais PUC-SP

Vitor Piva, Mestrando em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais PUC-SP

Supervisão acadêmica

Prof.^a Dra. Cláudia Alvarenga Marconi e Prof.^a Dra. Luiza Rodrigues Mateo

Diagramação

Maria Gabriela de Oliveira Vieira



Laboratório de Governança e Direitos Humanos

Programa de Estudos Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)